

## **O DOCUMENTO DOS 12 E AS PROPOSTAS DO PMDB**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 16.08.1983

O Documento dos 12 Empresários do Fórum da Gazeta Mercantil é uma manifestação corajosa e coerente da classe dominante capitalista brasileira que esses homens representam contra a política econômica recessiva do governo. E na medida em que exprime a opinião de uma elite dirigente, apresenta propostas concretas de política econômica alternativa.

Na verdade, na área econômica esse documento expressa de maneira feliz não apenas a atitude geral da sociedade civil brasileira em relação à atual política econômica, mas também reproduz quase todas as posições e propostas que os economistas e dirigentes do PMDB vêm fazendo: necessidade de baixar a taxa de juros, desdolarização com a transferência para o Estado da responsabilidade dos débitos em dólares, substituição das ORTNs com correção cambial por LTNs, aumento da carga tributária especialmente através da maior tributação de ganhos de capital e dos lucros advindos da especulação financeira, disciplina e controle democráticos das empresas estatais, unificação dos orçamentos públicos e controle dos gastos do governo, prioridade à habitação popular, política de rendas que compatibilize aumento de preços e de salários, controle de preços como remédio temporário, e finalmente, ou como condição de tudo, renegociação da dívida externa.

Se examinarmos esse documento e os cinco pontos que o Governador Montoro apresentou recentemente em Brasília, veremos que as diferenças não são muito grandes. O documento do Governador é mais curto, por ISS o necessariamente mais genérico. Além disso tem uma orientação social e descentralizadora mais acentuada. Mas sua linha geral é a mesma. Por outro lado, o documento do PMDB publicado no ano passado como uma alternativa de política econômica. Esperança e Mudança, guarda estreitas relações com o Documento do 12. O Projeto de Emergência do senador Teotônio Vilela é mais radical porque fala em moratória interna. Será interessante verificar agora se a mesma tendência de identificação de posições ocorrerá com o

documento que o deputado Ulisses Guimarães está preparando, para apresentá-lo à direção nacional do PMDB e depois de servir de base para as necessárias negociações com o PDS e os demais partidos.

Diferenças certamente existirão. O documento do PMDB deverá ser mais enfático quanto à necessidade de renegociação da dívida a partir do rompimento com o FMI (já que este não aceitará uma política econômica não recessiva); deverá condenar com clareza o decreto 2.045 ao invés de falar genericamente de “uma política de rendas que compatibilize os reajustes de preços e salários”; a proposta de desindexação parcial dos ativos financeiros deverá ser mais explícita. E no plano político, a condenação decidida do Colégio Eleitoral substituirá a afirmação mais vaga de que a “plena democracia é o grande anseio nacional”.

Estas diferenças são naturais. Afinal os 12 empresários representam uma classe; o PMDB pretende representar a sociedade civil, onde os empresários são fundamentais, mas onde as classes médias assalariadas e os trabalhadores (que recentemente fizeram uma greve para protestar contra essa mesma política econômica) são também partes importantes.

O que fica, entretanto, meridianamente claro com este Documento dos 12 é, de um lado, o total divórcio entre o governo e a sociedade civil, da qual os empresários são o grupo mais importante em uma economia capitalista como a brasileira, e o partido que se apresenta como alternativa de poder neste país: o PMDB.(16/08)